

	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	Código:
		FOR-DILOG-002-xx (V.00)

ORIGEM: Plano de Trabalho do Convênio Plataforma +Brasil nº 937005/2022, ID (1370009).

1. INTRODUÇÃO

Com o advento da Instrução Normativa 05, de 26 de maio de 2017, a Secretaria de Gestão do Ministério só Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES), definiu regras na instrução processual para contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta por órgãos da Administração Pública.

Nesse ponto, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, estabeleceu que os Tribunais de Justiça devem seguir a Política de Governança das Contratações Públicas dos órgãos do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 347 de 13 de outubro de 2020). Assim, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), nos seus processos de contratação, deve cumprir as regras estabelecidas na supramencionada IN, bem como nos atos do CNJ que versam sobre o tema em questão.

Neste contexto, o presente documento apresenta não apenas os estudos preliminares que servem, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, mas está alinhado ao que estabelece a Resolução nº 347/2020 do CNJ, no sentido de que o ente deve garantir, nos processos de contratações, a presença dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), quando necessário, e demais atos praticados no processo de contratação (art. 14, I da Resolução nº 347/2020).

Nesse ponto, o presente ETP tem por objeto subsidiar a aquisição de insumo para Projeto de Ressocialização através do trabalho, com retorno para a sociedade e redução de custos para o Estado. Idealizado em parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado do Acre e o Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Acre (IAPEN), com alocação de recursos da União, o projeto prevê a implantação de uma Fábrica de Confecção de Chinelos no Complexo Penitenciário do Acre, para o público masculino e feminino.

Para a fábrica de chinelos, o projeto prevê a aquisição de equipamentos e matéria-prima necessária para fabricação de chinelos (através de parceiros, visto que os recursos da Emenda somente contemplam itens de investimentos, quais sejam, aquisição de equipamentos).

Serão adquiridas máquinas com as seguintes características: “Máquina de fabricar chinelos hidráulica, completa, capacidade de produção superior à 40 pares por dia, tensão de 220 V, produção de tamanhos de 23/24 ao 43/44.”

A confecção de chinelos no interior do Complexo Prisional permitirá o fornecimento dos chinelos para todas as unidades prisionais do Estado do Acre, permitindo uma economia considerável para os cofres públicos, na aquisição desses insumos. É possível também que seja celebrado parceria entre o IAPEN com empresas privadas do ramo de confecção de calçados, visando à capacitação e aquisição da produção no interior das unidades penitenciárias.

Para viabilidade do projeto, será solicitada ao Governo do Estado do Acre, através do Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Acre (IAPEN) a disponibilização da infraestrutura física para instalação da fábrica, bem como a aquisição dos insumos iniciais para produção, que posteriormente serão adquiridos com a capitalização da atividade produtividade

2. OBJETO

Aquisição de Máquina de fabricar chinelos resistente e fresadora de furos, com potência de 400 Watts e tensão de 220 V. Capacidade de produção: 20 pares por hora. Sistema de corte: prensa pneumática 20 Toneladas. Fresa: elétrica, embutida no corpo da máquina e aplicado diretamente em furo de solado. Sistema de colocação em tiras: pinça tipo bico de pato com acionamento manual.

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA

3.1. A contratação objeto do presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) faz-se necessária para a boa execução do Convênio n.º DEPEN-MJSP — PLATAFORMA +BRASIL n.º 937005/2022 (id 1370010). Nesse ponto, a contratação contempla a aquisição de materiais permanentes, que são os insumos necessários para a execução do objeto convênio.

4. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Nome	Função	Lotação
Desembargadora Regina Ferrari	Presidente do TJAC	Presidência
Desembargador Francisco Djalma	Supervisor do GMF	Gabinete de Desembargador
Juíza de Direito Andrea da Silva Brito	Juíza Coordenadora do GMF	VEPMA e GMF

4.1. Fiscal/Gestor do Projeto/Contrato

Nome	Função	Lotação
Juiz de Direito Robson Ribeiro Aleixo	Gestor do Convênio/Contrato	GMF
Débora da Silva Cardoso Nogueira	Fiscal do Convênio/Contrato	GMF

5. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS OU A AQUISIÇÃO A SEREM CONTRATADOS, DE ACORDO COM A SUA NATUREZA:

5.1. Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/2002, Decretos n.ºs 10.024/2019, 7.892/2013, 9.488/2018, Decreto Estadual n.º 5.973/2010 e a IN SLTI/MPOG n.º 05.

6. ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação de equipamentos e material permanente (4.4.90.52.00) no âmbito do Convênio Plataforma+Brasil n.º 937005/2022, visa atender às atividades previstas no Projeto Cidadão, objeto do convênio em comento. Para tanto, se faz necessária a formalização de instrumento contratual, mediante procedimento licitatório, haja vista que, conforme entendimento do TCU, os contratos que preveem serviços de terceiros executados por Pessoas Jurídicas, não são considerados contínuos, sendo necessário um contrato novo para cada aquisição.

7. ALINHAMENTO AO PLANO INSTITUCIONAL

7.1. A presente solicitação está em consonância com o Planejamento Estratégico do TJAC, principalmente do Plano de Gestão para o biênio 2023/2025 e atende ao objetivo e metas voltados a garantir direitos aos jurisdicionados, estando alinhado ao Eixo Estratégico Sociedade.

7.2. O projeto consiste na ressocialização através do trabalho, com retorno para a sociedade e redução de custos para o Estado. Idealizado em parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado do Acre e o Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Acre (IAPEN), com alocação de recursos da União, o projeto prevê a implantação de uma Fábrica de Confecção de Chinelos no Complexo Penitenciário do Acre, para o público masculino e feminino.

7.3. Para a fábrica de chinelos, o projeto prevê a aquisição de equipamentos. Serão adquiridas máquinas com as seguintes características: "Máquina de fabricar chinelos hidráulica, completa, capacidade de produção superior à 40 pares por dia, tensão de 220 V, produção de tamanhos de 23/24 ao 43/44."

7.4. A confecção de chinelos no interior do Complexo Prisional permitirá o fornecimento dos chinelos para todas as unidades prisionais do Estado do Acre, permitindo uma economia considerável para os cofres públicos, na aquisição desses insumos. É possível também que seja celebrado parceria entre o IAPEN com empresas privadas do ramo de confecção de calçados, visando à capacitação e aquisição da produção no interior das unidades penitenciárias.

7.5. Para viabilidade do projeto, será solicitada ao Governo do Estado do Acre, através do Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Acre (IAPEN) a disponibilização da infraestrutura física para instalação da fábrica, bem como a aquisição dos insumos iniciais para produção, que posteriormente serão adquiridos com a capitalização da atividade produtiva.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 Requisitos de Habilitação

Tendo em vista que a natureza do objeto não exige maior especialidade do fornecedor, o Tribunal de Contas da União **entende que os requisitos de habilitação podem ser os mínimos possíveis**, conforme decisões abaixo:

No presente caso, a modalidade de licitação é o pregão, e, de acordo com o Decreto no 3.555/2000, art. 13, as exigências de habilitação devem seguir o disposto na Lei no 8.666/1993, ou seja, os requisitos devem obedecer, exclusivamente, ao disposto no art. 27 e seguintes da Lei de Licitações. De acordo com Marçal Justen Filho [Pregão: (Comentários a legislação do pregão comum e eletrônico). 3a Edição ver. e atual. De acordo com a Lei Federal no 10.520/2002 - São Paulo: Dialética, 2004. Págs. 35, 74 e 91-95.], o pregão, por tratar-se de aquisições de bens e serviços comuns, pressupõe uma necessária simplificação decorrente da ausência de especificidade do objeto licitado, devendo, como regra, ser desnecessária a qualificação técnica para aquisição desses bens e serviços. Neste sentido, o autor lembra que "restringir o cabimento do pregão ao fornecimento de bens e serviços comuns significa, em última análise, reconhecer a desnecessidade de requisitos de habilitação mais severos. Ou seja, não foi casual a reserva do pregão apenas para bens e serviços comuns.

Como esses bens estão disponíveis no mercado, segundo tendências padronizadas, presume-se não apenas a desnecessidade de maior investigação acerca do objeto. Também se pode presumir que objetos comuns não demandam maior especialidade do fornecedor. Logo, os requisitos de habilitação podem ser os mínimos possíveis." (Acórdão TCU nº 1729/2008 - Plenário). É inconstitucional e ilegal o estabelecimento de exigências que restrinjam o caráter competitivo dos certames. (Acórdão TCU nº 539/2007 - Plenário). As exigências Editalícias devem limitar-se ao mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a restrição ao caráter competitivo do certame. (Acórdão TCU nº 110/2007 - Plenário).

8.2 Requisitos Obrigacionais

8.2.1. Atender às solicitações nos prazos estipulados;

8.2.2. Aceitar o controle de qualidade a ser realizado pelo contratante;

8.2.3. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo TJAC e Diretores de Secretaria do interior.

8.2.4. Entregar o material durante o expediente das Comarcas da Capital/interior ou em horários alternativos, previamente acordados com os Diretores de Secretaria.

8.2.5. Reparar ou indenizar, dentro do prazo estipulado pela autoridade competente, todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens do contratante, ou de terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados e fornecedores.

8.2.6. Substituir, no prazo máximo de até 02 (duas) horas, a contar da data da notificação, os produtos entregues, caso se apresentem impróprios para consumo.

8.2.7. Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do contratante.

8.2.8. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação.

8.2.9. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida neste Estudo Técnico Preliminar, sem prévia anuência do Contratante. Caso ocorra a subcontratação, mesmo que autorizada pelo Contratante, este não se responsabilizará por qualquer obrigação ou encargo do subcontratado.

8.2.10. Fornecer os materiais descritos nos respectivos grupos, com rapidez e eficiência.

8.2.11. Cumprir o objeto do contrato estritamente de acordo com as normas que regulamentam o objeto da contratação.

9. ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

9.1. O quantitativo estimado da contratação para atendimento das necessidades está distribuído conforme demonstrado na Tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA			
1	Máquina de fabricar chinelos resistente e fresadora de furos, com potência de 400 Watts e tensão de 220 V. Capacidade de produção: 20 pares por hora. Sistema de corte: prensa pneumática 20 Toneladas. Fresa: elétrica, embutida no corpo da máquina e aplicado diretamente em furo de solado. Sistema de colocação em tiras: pinça tipo bico de pato com acionamento manual..	un	35

9.2. Da metodologia aplicada às quantidades estimadas

9.2.1. A metodologia aplicada para calcular o quantitativo proposto foi a realização da média aritmética simples dos consumos das contratações de anos anteriores.

10. ESTIMATIVA DE PREÇOS

10.1. Pesquisas de Preços

10.1.1. As pesquisas de preços em diversos fornecedores foram necessárias para cálculo da média dos preços, que será utilizada como preço referencial.

10.2 Mapa de preços

10.2.1. Elaborado pela GECON e juntado aos presentes autos no evento 1431132.

10.3 Valor estimado da contratação

10.3.1. O custo estimado total da presente contratação é de **R\$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil reais)**.

10.4 Metodologia aplicada à pesquisa de preços

10.4.1. De acordo com a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, alterada pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017, as quais dispõem sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, a pesquisa de preços:

Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

I - Painel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>;

II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

§1º Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrado no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência.

§2º Serão utilizados, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.

10.4.2. Os preços pesquisados foram obtidos através de coletas no mercado local, conforme evento 1431111 e 1431122.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Espera-se com a contratação a melhor execução do objeto do Convênio em questão, através dos seguintes resultados:

- Aquisição dos insumos (Equipamentos e Material Permanente) para boa execução do Convênio;
- Ampliação da prestação jurisdicional junto às comunidades carentes;
- Efetivação das ações do projeto, com a disponibilidade dos insumos.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

12.1. Tendo em vista que a pretensa contratação trata de atendimento de objeto de Convênio com a União, sendo o desembolso efetuado conforme sua execução e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, a opção pelo parcelamento do objeto não se faz necessária, nem pode ser justificada.

13. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

13.1. Não serão necessárias quaisquer adequações, quer seja logística, infraestrutura, pessoal, procedimental ou regimental.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1. Com base nas informações levantadas ao longo do estudo preliminar, bem como nos registros dos contratos anteriores, e considerando que o fornecimento do serviço é essencial ao apoio à continuidade da prestação dos serviços do Poder Judiciário do Estado do Acre, a equipe de planejamento considera viável a realização de nova contratação.

Josué Santos

Gerente de Projetos

Diretoria de Gestão

(datado e assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Josue da Silva Santos, Gerente**, em 10/04/2023, às 14:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **1432307** e o código CRC **F24A0C82**.